

# **Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **1. Contexto operacional**

A Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, instituída pela Lei Municipal nº 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didática, pedagógica, científica tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, como sede foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

A FURJ tem por finalidade manter a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região – INOVAPARQ.

As instituições mantidas pela FURJ objetivam o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da prestação de serviços.

A FURJ poderá, visando ao desenvolvimento de suas atividades institucionais, criar restaurantes, lanchonetes, bistrôs, laboratórios, museus, editoras, livrarias, agências, farmácias, clínicas, estabelecimentos de promoção de marketing e práticas comerciais, atividades esportivas, culturais, artísticas, ambientais, de saúde e emissoras de televisão e radiodifusão educativa.

A FURJ poderá prestar serviços de consultorias, assessorias, treinamentos, análises laboratoriais e ambientais, produzir e comercializar produtos e serviços; promover eventos e locar espaços para a obtenção de receitas.

### **2. Base de preparação**

#### **2.1. Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão pela Controladoria, em 23 de março de 2016, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

#### **2.2. Normas contábeis**

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando as alterações introduzidas nas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e entidades sem finalidade de lucros (Resolução CFC 1.409/12 – ITG 2002).

Devido a determinadas reclassificações de contas patrimoniais e de resultado efetuadas pela administração em 2015, essas alterações foram refletidas nos saldos de 2014, mantendo a comparabilidade dos saldos.

### **2.3. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.5. Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

## **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica com equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **b) Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

### **3.2. Contas a receber de clientes**

Representam, basicamente, correspondem aos valores a receber de alunos pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Instituição.

As contas a receber inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face, a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. Normalmente na prática são reconhecidas pelo valor de emissão ajustado a valor presente e pela provisão para *impairment*, se necessário.

### **3.3. Estoques**

Os estoques referem-se a materiais didáticos, de manutenção em geral e de livros produzidos pela Editora, suficientes para o andamento das atividades da Instituição. Esses estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que é inferior ao valor de mercado.

### **3.4. Despesas antecipadas**

Composto por apropriações de prêmios de seguros e assinaturas de periódicos pagos antecipadamente.

### **3.5. Imobilizado**

#### **a) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment* se houver).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### **b) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

### c) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, como segue:

<b>Descrição</b>	<b>Anos</b>
Edificações	40
Máquinas	7 a 30
Veículos	20
Móveis e Utensílios	15
Equipamentos de Informática	5 a 20
Acervo Bibliográfico	15

Em 2009 a Instituição efetuou revisão e mudança de estimativa no cálculo da depreciação de seus ativos imobilizados, sendo os efeitos registrados prospectivamente a partir da data dessa revisão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### 3.6. Intangível

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil, que foi estimada em 10 anos, pelo método da linha reta.

### 3.7. Valor recuperável (*Impairment*) de ativos não-financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não-financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras.

### **3.8. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo.

### **3.9. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.10. Provisões para contingências**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **3.11. Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais, inclusive subvenções não monetárias a valor justo, somente são reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a Instituição cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização é a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.

Uma subvenção governamental é reconhecida em base sistemática como receita ao longo do período que é confrontada com as despesas que pretende compensar.

### **3.12. Demais ativos e passivos circulante e não circulante**

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, sendo utilizado o ajuste a valor presente quando aplicável.

### **3.13. Apuração do superávit/déficit**

As receitas, custos e despesas da entidade encontram-se registradas a valores originais e de acordo com o regime de competência.

### **3.14. Aspectos fiscais**

A Fundação, na condição de educação e assistência social sem finalidade de lucros, goza da imunidade tributária no que se refere ao seu patrimônio, sua renda e seus serviços para o desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 150, inciso V, alínea "c" da CF/88), sendo também detentora da isenção tributária sobre as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social enquanto entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS (art. 195, § 7º da CF/88), atendendo também aos requisitos estabelecidos pela legislação infraconstitucional para a manutenção destas imunidades/isenções, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

### **3.15. Gerenciamento de risco dos instrumentos financeiros**

Em atendimento às Resoluções CFC nos 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, de 21 de outubro de 2009, que aprovaram os Pronunciamentos Técnicos CPC nos 38 e 39, a Instituição revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização;
- b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado;
- c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado;
- d) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; e,
- e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Instituição realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

#### ***Risco de crédito***

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

#### ***Risco com taxa de juros***

A Instituição monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.



As aplicações de liquidez imediata da Fundação, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Fundação.

Os recursos classificados como – com restrições, referem-se a recursos recebidos de terceiros para aplicação em projetos e convênios.

## 5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão representadas como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Contas a receber de clientes	29.927.750	27.745.623
Contas a receber – convênios	6.911.689	4.747.802
Impairment (provisão para perdas)	(11.280.080)	(11.240.448)
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>25.559.359</b>	<b>21.252.977</b>
<b>Parcela circulante</b>	<b>25.559.359</b>	<b>21.252.977</b>
Pró-estudante	270.766	612.826
Prefeitura Municipal de Joinville	11.268.343	11.268.343
Cursos de graduação e outros	33.102	39.444
AVP de clientes (-)	(72.548)	(119.556)
<b>Parcela não circulante</b>	<b>11.499.664</b>	<b>11.801.057</b>
<b>Total geral</b>	<b>37.059.022</b>	<b>33.054.034</b>

Composição das contas a receber por vencimento:

<b>Títulos vencidos</b>		
Até 30 dias	1.086.638	1.065.894
De 30 a 60 dias	845.492	631.982
De 60 a 180 dias	2.848.961	1.958.045
Acima de 180 dias	24.700.222	23.069.804
<b>Total de títulos vencidos</b>	<b>29.481.313</b>	<b>26.725.725</b>
<b>Títulos a vencer</b>		
Até 90 dias	6.733.277	5.081.316
Acima de 90 dias	844.432	1.246.993
<b>Total de títulos a vencer</b>	<b>7.577.709</b>	<b>6.328.309</b>
<b>Total de contas a receber</b>	<b>37.059.022</b>	<b>33.054.034</b>

Os empréstimos e financiamentos bancários da Instituição estão garantidos por duplicatas no valor de R\$ 2.787.917.

Em relação ao saldo de R\$ 11.268.343 a receber, a Instituição tem ação movida contra a Prefeitura Municipal de Joinville, por conta dos repasses da Lei Orgânica Municipal, com processo no 038.08.009163-3, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos.

A administração da Instituição optou em não constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre este saldo ajuizado contra a Prefeitura Municipal de Joinville.



## 6. Outras contas a receber

Estão representados como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Créditos a funcionários	4.791.552	3.991.466
Adiantamentos a terceiros	103.307	207.532
Outros créditos	534.331	456.224
<b>Total</b>	<b>5.429.190</b>	<b>4.655.222</b>

## 7. Estoques

Os estoques estão representados como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Materiais de expediente	17.064	34.238
Materiais de informática	40.284	92.864
Materiais odontológicos	26.818	43.334
Materiais de limpeza	2.886	5.453
Materiais para brindes	2.757	6.495
Materiais de manutenção	12.868	22.071
Estoque de livros	119.094	116.456
<b>Total</b>	<b>221.770</b>	<b>320.911</b>

## 8. Imobilizado-----continua

O imobilizado está representado como segue:

### Bens de Uso Próprios

Descrição	Saldo em 31/12/2014	( + ) Adições	( - ) Baixas inativos	( - ) Baixas venda	( - ) Ajuste	( + ) "Deemed Cost"	( +/ - ) Transferência	Saldo em 31/12/2015
<b>Custo</b>								
Terrenos	130.086.739	-	-	-	-	-	-	130.086.739
Edificações e Benfeitorias	106.857.006	446.541,00	(47.323)	-	-	-	100.780	107.357.004
Laboratórios	9.187.395	481.885	(160.929)	-	38.729,47	-	(96.447)	9.450.633
Móveis e Utensílios	7.404.168	421.285	(463.326)	-	(38.813,00)	-	-	7.323.314
Veículos	374.631	-	-	-	-	-	-	374.631
Máquinas e Aparelhos	6.012.332	604.947	(194.940)	-	(819,00)	-	-	6.421.520
Equipamentos de Informática	6.358.045,91	151.281	(1.260.987)	-	(14.994,74)	-	(1.599)	5.231.746
Acervo Bibliográfico	2.298.925	128.677	(269)	-	-	-	-	2.427.333
Outros bens moveis	-	5.000	-	-	-	-	-	5.000
Obras em Andamento	100.780	332.038	-	-	-	-	(432.818)	-
Adtos Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de Terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>268.680.022</b>	<b>2.571.652</b>	<b>(2.127.774)</b>	<b>-</b>	<b>(15.897)</b>	<b>-</b>	<b>(430.084)</b>	<b>268.677.920</b>
<b>Depreciação</b>								
Edificações e Benfeitorias	(19.528.674)	(3.203.682)	7.311	-	-	-	-	(22.725.045)
Laboratórios	(6.147.241)	(400.275)	142.182	-	(31.261)	-	3.352	(6.433.244)
Móveis e Utensílios	(4.881.762)	(345.395)	210.493	-	29.390	-	-	(4.987.273)
Veículos	(106.773)	(18.365)	-	-	-	-	-	(125.138)
Máquinas e Aparelhos	(3.568.114)	(340.037)	108.669	-	(1.845)	-	-	(3.801.326)
Equipamentos de Informática	(5.686.723)	(259.958)	1.231.788	-	1.211	-	60	(4.713.622)
Outros bens moveis	-	(22)	-	-	-	-	-	(22)
Acervo Bibliográfico	(1.373.643)	(124.649)	1	-	-	-	-	(1.498.291)
<b>Total</b>	<b>(41.292.930)</b>	<b>(4.692.383)</b>	<b>1.700.445</b>	<b>-</b>	<b>(2.505)</b>	<b>-</b>	<b>3.412</b>	<b>(44.283.961)</b>
<b>Líquido</b>	<b>227.387.092</b>	<b>(2.120.731)</b>	<b>(427.329)</b>	<b>-</b>	<b>(18.402)</b>	<b>-</b>	<b>(426.671)</b>	<b>224.393.959</b>

## 8. Imobilizado-----continuação

O imobilizado está representado como segue:

### Bens de Uso com Restrição

Descrição	Saldo em 31/12/2014	( + ) Adições	( - ) Baixas inativos	( - ) Baixas venda	( - ) Ajuste	( + ) "Deemed Cost"	( +/- ) Transferência	Saldo em 31/12/2015
<b>Custo</b>								
Laboratórios	-	18.354	-	-	-	-	-	18.354
Móveis e Utensílios	-	6.302	-	-	-	-	-	6.302
Veículos	-	55.792	-	-	-	-	-	55.792
Máquinas e Aparelhos	-	5.238	-	-	-	-	-	5.238
Equipamentos de Informática	-	32.677	-	-	-	-	-	32.677
Acervo Bibliográfico	-	5.991	-	-	-	-	-	5.991
<b>Total</b>	-	<b>124.355</b>	-	-	-	-	-	<b>124.355</b>
<b>Depreciação</b>								
Laboratórios	-	(643)	-	-	(319)	-	-	(962)
Móveis e Utensílios	-	(220)	-	-	-	-	-	(220)
Veículos	-	(1.612)	-	-	-	-	-	(1.612)
Máquinas e Aparelhos	-	(151)	-	-	-	-	-	(151)
Equipamentos de Informática	-	(5.992)	-	-	-	-	-	(5.992)
Acervo Bibliográfico	-	(102)	-	-	-	-	-	(102)
<b>Total</b>	-	<b>(8.721)</b>	-	-	<b>(319)</b>	-	-	<b>(9.040)</b>
<b>Líquido</b>	-	<b>115.634</b>	-	-	<b>(319)</b>	-	-	<b>115.316</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>227.387.092</b>	<b>(2.005.097)</b>	<b>(427.329)</b>	-	<b>(18.721)</b>	-	<b>(426.671)</b>	<b>224.509.275</b>

## **8. Imobilizado-----continuação**

A Instituição procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a Interpretação Técnica ICPC 10.

### **Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação**

Para cada família de itens a Instituição revisou a vida útil em 31/12/2015, de acordo com os critérios a seguir. A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Instituição, que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Instituição revisou a vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Experiência da Instituição com ativos semelhantes;
- Experiência da Instituição com vendas de ativos semelhantes;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e,
- Política de manutenção, visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos internos foram o estado de conservação dos bens, a evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e a experiência da Instituição com seus ativos.

### **Redução ao valor recuperável dos ativos**

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Instituição realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio (quando houver), para determinar se esses ativos sofreram perdas por *impairment*.

Esses testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2015 a Instituição realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por *impairment*.

## 9. Intangível

O intangível está representado como segue:

### Bens de uso próprios

Descrição	Saldo em 31/12/2014	( + ) Adições	( - ) Ajuste	Saldo em 31/12/2015
<b>Custo</b>				
Softwares	1.575.017	56.895	-	1.631.912
<b>Amortização</b>				
Softwares	(806.982)	(153.649)	(425)	(961.055)
<b>Total</b>	<b>768.036</b>	<b>(96.754)</b>	<b>(425)</b>	<b>670.857</b>

### Bens de uso com restrição

Descrição	Saldo em 31/12/2014	( + ) Adições	( - ) Ajuste	Saldo em 31/12/2015
<b>Custo</b>				
Softwares	-	3.200	-	3.200
<b>Amortização</b>				
Softwares	-	(85)	-	(85)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.115</b>	<b>-</b>	<b>3.115</b>
<b>Total intangível líquido</b>	<b>768.036</b>	<b>(93.639)</b>	<b>(425)</b>	<b>673.972</b>

## 10. Empréstimos e financiamentos

Estão representados como segue:

Modalidade	Encargos financeiros	2015	2014
<b>Circulante</b>			
Capital de giro	De 1,2% a 1,44% ao mês	1.999.211	10.927.218
Financiamentos	TJLP + de 5,5% a 8,6% ao ano	733.521	763.869
Arrendamentos financeiros	1,5% a 2% ao mês	5.245	20.997
<b>Total circulante</b>		<b>2.737.977</b>	<b>11.712.084</b>
<b>Não circulante</b>			
Capital de giro	De 1,2% a 1,44% ao mês	4.164.999	5.301.769
Financiamentos	TJLP + de 5,5% a 8,6% ao ano	288.334	995.271
Arrendamentos financeiros	1,5% a 2% ao mês	-	2.417
<b>Total não circulante</b>		<b>4.453.334</b>	<b>6.299.457</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>		<b>7.191.310</b>	<b>18.011.541</b>
<b>Por tipo de moeda</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
Reais		7.191.310	18.011.541
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>		<b>7.191.310</b>	<b>18.011.541</b>
<b>Por indexação</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
Taxas pré-fixadas		1.027.100	9.728.019
Taxa pós-fixadas		6.164.210	8.283.522
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>		<b>7.191.310</b>	<b>18.011.541</b>

Os empréstimos e financiamentos bancários da Instituição estão garantidos por duplicatas no valor de R\$ 2.787.917 em 31/12/2015.

Foi dado como garantia, além das duplicatas, um terreno situado em Joinville, no Bairro Centro, situado à Rua Ministro Calógeras, 2.390,60 m2, registrado sob a matrícula nº 26.919, no valor de R\$ 3.708.000; e um Terreno com casa em São Francisco do Sul, no Bairro Iperoba, registrado sob a matrícula nº 9.352, no valor de R\$ 3.572.248.

Os vencimentos de longo prazo, correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2015, são os seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Por data de vencimento</b>		
Em até 6 meses	2.402.349	5.758.534
De 6 meses a 1 ano	2.373.579	5.935.550
De 1 a 2 anos	2.248.782	2.474.759
De 2 a 3 anos	166.600	1.961.939
De 3 a 4 anos	-	1.719.469
De 4 a 5 anos	-	143.290
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b><u>7.191.310</u></b>	<b><u>18.011.541</u></b>

## 11. Obrigações sociais

Estão representados como segue:

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários a pagar	3.277.271	2.868.038
Contribuições AFFURJ	3.079	7.665
Mensalidade escolar	51.523	45.822
Provisões para férias	7.105.556	6.359.023
Empréstimo consignado	132.176	131.917
Previdência complementar	55.289	79.382
INSS a recolher folha de pagamento	360.815	536.726
IRRF a recolher folha de pagamento	2.077.858	1.194.745
FGTS a recolher	559.801	479.309
Outros	399	291.737
<b>Total</b>	<b><u>13.623.767</u></b>	<b><u>11.994.364</u></b>

## 12. Subvenções a realizar

São recursos financeiros provenientes de Convênios firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Posteriormente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando a respectiva documentação à disposição para qualquer fiscalização.

### 13. Provisões para contingências

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos assemelhados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

Movimentação das provisões constituídas:

	<u>Trabalhistas e cíveis</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>323.168</b>	<b>53.649.817</b>	<b>53.972.985</b>
Constituída durante o exercício	1.364.332	-	1.364.332
Reversão de provisões	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.687.500</b>	<b>53.649.817</b>	<b>55.337.317</b>
Constituída durante o exercício	-	-	-
Reversão de provisões	(314.401)	-	(314.401)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.373.099</b>	<b>53.649.817</b>	<b>55.022.916</b>
Depósitos judiciais relacionados	602.134	1.124.752	1.726.886
Efeito líquido	770.965	52.525.065	53.296.030
Parcela de curto prazo	-	-	-
Parcela de longo prazo	1.373.099	53.649.817	55.022.916
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.373.099</b>	<b>53.649.817</b>	<b>55.022.916</b>

Adicionalmente a Instituição tem ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Em 31/12/2015 essas contingências representavam um montante de R\$ 1.418.131.

A Instituição possui ainda uma ação de natureza tributária, referente a imposto de renda retido na fonte do período de 06/01/1999 a 18/01/2005, execução fiscal no 5003865-73.2010.404.7201, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Em 31/12/2015 essas contingências representavam um montante de R\$ 10.466.295.

### 14. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da entidade.

## 15. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida está representada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Receita cursos de graduação	110.788.487	97.111.637
Receita cursos pós-graduação lato sensu	1.272.744	1.289.022
Receita cursos de mestrado e doutorado	3.040.344	2.353.637
Receita Colégio da Univille	6.486.782	5.880.093
Receita prestação de serviços	2.770.599	2.269.200
Repasse governamentais	7.717.355	4.740.916
Academia	255.336	150.363
Receitas com venda de livros	6.078	14.277
Receitas com venda de apostilas	363.158	466.440
Intercambistas	11.690	16.461
AVP de clientes (-)	(23.507)	(154.850)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>132.689.066</b>	<b>114.137.196</b>
(-) Cancelamentos e desistências	(4.295.836)	(5.199.622)
(-) Bolsas de estudo	(1.937.233)	(1.804.022)
(-) Bolsas de Estudos - Assistência Social	(21.278.390)	(13.641.897)
(-) Subvenções de bolsa de estudos	(4.823.464)	(4.649.138)
<b>Deduções</b>	<b>(32.334.924)</b>	<b>(25.294.680)</b>
	<b>100.354.142</b>	<b>88.842.515</b>

## 16. Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas estão representadas como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Receitas com taxas	489.414	575.740
Receitas diversas	867.466	937.455
Receitas com patrocínio e alugueis	101.268	64.329
Receitas com doações	15.488	28.806
Outras despesas	(359)	-
(-) Baixa do imobilizado	(427.329)	(8.426)
<b>Total</b>	<b>1.045.949</b>	<b>1.597.904</b>



## 17. Resultado financeiro líquido

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Rendimentos aplicações financeiras	480.229	247.159
Receitas com juros e multa por atraso	1.255.011	1.196.879
Outras receitas financeiras	666.646	663.974
Variação cambial e monetária	719	2.360
Receita financeira de vendas	70.515	277.354
Descontos obtidos	5.832	29.149
	<b>2.478.951</b>	<b>2.416.875</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos financeiros e bancários	(1.182.870)	(324.631)
Descontos concedidos	(456.486)	(305.183)
Variação cambial e monetária	(2.412)	(2.426)
Juros e multas de mora	(56.311)	(4.939)
Juros sobre financiamentos	(2.006.365)	(1.595.134)
Despesas cartorárias	(4.435)	(7.196)
	<b>(3.708.878)</b>	<b>(2.239.509)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.229.926)</b>	<b>177.366</b>

## 18. Subvenções

A FURJ concede bolsas de estudo a alunos, que são beneficiados com recursos oriundos de órgãos públicos, recebendo os seguintes auxílios e subvenções:

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Repasse federais	482.887	484.651
Repasse estaduais	6.930.737	2.899.665
Repasse municipais	158.513	355.019
Repasse privados	145.219	1.001.581
<b>Total</b>	<b>7.717.355</b>	<b>4.740.916</b>

Os valores de repasses recebidos do governo Federal foi aplicado: no Projeto Babitonga Ativa em parceria com o Ministério Público, no Projeto CEO III em parceria com o Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde e Cis Amunesc e no PRONATEC em parceria com o Ministério da Educação.

Os repasses Estaduais foram utilizadas para concessão de bolsas de estudo (art. 170, art. 171 e PROESDE) para os alunos da graduação de acordo com os critérios de carência estabelecidos nas normas internas da instituição, publicados em editais próprios. E no projeto FEHIDRO 2015 (Fundo Estadual de Recursos Hídricos).

Os repasses Municipais recebidas foram utilizadas para concessão de bolsas de estudos (prefeitura de São Bento do Sul) e nos convênios: Disposição e Acesso ao Sistema de Digitação do Acervo Museus, projeto O Enigma de Cid em parceria com a fundação cultural, Projeto ECOAPA (Eco sustentabilidade na APA Serra Dona Francisca) em parceria com secretaria municipal de meio ambiente , Programa CEO 3 com a secretaria de saúde e convênio FELEJE.

Os repasses Privados foram utilizados no Projeto Toninhas, em parceria com a Petrobrás, no projeto PEUS em parceria com o SEBRAE e no projeto Arte na Escola em parceria com o Instituto Arte na Escola.

## **19. Gratuidades concedidas**

A Entidade está em pleno gozo da imunidade tributária, garantida pela Constituição Federal de 1988, desenvolvendo diversos programas de natureza assistencial, direcionados, principalmente às áreas da educação propriamente dita.

O cálculo da gratuidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei n. 12.101, de 27/11/2009, alterada pela Lei n. 12.868, de 15/10/2013, e pelo Decreto n. 8.242, de 23/05/2014, com base na proporção de 1/5, ou seja, na proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

A demonstração da aplicação em gratuidade na área de educação está apresentada por nível de atuação, conforme disposto no § 1º do art. 13-A, da Lei n. 12.101, de 27/11/2009.

A base de cálculo para a aplicação em gratuidade é o número de alunos pagantes, conforme o inciso III do art. 13, da Lei n. 12.101/2009. Alunos pagantes são o total de alunos que não possuem bolsas de estudo integrais, conforme o disposto no art. 13-C da referida lei.

Para o período de 2015 temos os seguintes valores aplicados em gratuidades:

<b>2015</b>				
<b>Bolsas de estudos</b>		<b>Graduação</b>	<b>Colégio</b>	<b>Total</b>
. Alunos matriculados		8.852	937	9.789
. Alunos Pagantes		7.273	813	8.086
<b>Alunos necessários (relação 1/9) (Lei 12.868/2013)</b>		<b>808</b>	<b>90</b>	<b>898</b>
<b>Alunos necessários (relação 1/5) (Lei 12.868/2013)</b>		<b>1.455</b>	<b>163</b>	<b>1.617</b>
. Bolsas de Estudo 100%		1.579	124	1703
. Bolsas de Estudo 50%		1.125	85	1210
<b>Total de alunos beneficiados com bolsas de estudos</b>		<b>2.704</b>	<b>209</b>	<b>2.913</b>
<hr/>				
<b>Receitas</b>		<b>Graduação</b>	<b>Colégio</b>	<b>Total</b>
. Receitas Anual nos termos da Lei 9.870/99	(+)	110.813.744	6.486.782	117.300.526
. Mensalidades a Receber no Início do Exercício	(+)	21.088.840	621.974	21.710.814
. Mensalidades a Receber no Final do Exercício	(-)	(24.760.473)	(595.380)	<b>(25.355.853)</b>
<b>Total de Receitas</b>	<b>(=)</b>	<b>107.142.111</b>	<b>6.513.377</b>	<b>113.655.487</b>
<hr/>				
<b>Deduções</b>				
. Devoluções e Cancelamentos	(-)	(3.791.158)	(65.036)	(3.856.193)
. Descontos Concedidos sobre Mensalidades	(-)	(362.674)	(76.969)	(439.643)
. Bolsa de Estudo Integrais	(-)	(14.264.498)	(795.511)	(15.060.009)
. Bolsa de Estudo Parciais	(-)	(5.931.448)	(286.933)	(6.218.381)
. Outras Bolsas de Estudo Integrais/Parciais	(-)	(2.700.650)	(24.559)	(2.725.210)
. Perdas no Recebimento de mensalidades	(-)	(20.372)	(4.339)	(24.711)
<b>Total das Reduções</b>	<b>(=)</b>	<b>(27.070.799)</b>	<b>(1.253.348)</b>	<b>(28.324.147)</b>
<b>Receita - Base de Cálculo</b>	<b>(=)</b>	<b>80.071.311</b>	<b>5.260.029</b>	<b>85.331.340</b>
<b>Benefício mínimo</b>	<b>20%</b>	<b>16.014.262</b>	<b>1.052.006</b>	<b>17.066.268</b>
<hr/>				
<b>PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE BOLSAS</b>				
. PROUNI 100%		12.708.532	-	12.708.532
. PROUNI 50%		2.846.990	-	2.846.990
. Bolsas Complementar 100% Recursos Próprios		1.225.643	-	1.225.643
. Bolsas Complementar 50% Recursos Próprios		2.509.831	-	2.509.831
. Ingresso com Bolsa Graduação 100%		330.323	-	330.323
. Ingresso com Bolsa Graduação 50%		482.182	-	482.182
. Ingresso com Bolsa Graduação 25%		92.445	-	92.445
. Ingresso com Bolsa Colégio 100%		-	795.511	795.511
. Ingresso com Bolsa Colégio 50%		-	286.933	286.933
<b>Valor de Gratuidades Alcançadas com Bolsas</b>		<b>20.195.946</b>	<b>1.082.445</b>	<b>21.278.390</b>
<b>% de Gratuidades Alcançadas com Bolsas</b>		<b>25,22</b>	<b>20,58</b>	<b>24,94</b>

No exercício de 2014 a Furj/Univille não atingiu os 20% em gratuidades, porém, como definido no art. 13, da Lei nº 12.101/2009, a Instituição compensou integralmente em 2015 o percentual necessário, com o acréscimo de 20% (vinte por cento).

## 20. Imunidade usufruída das contribuições sociais

De acordo o artigo 40 do Decreto n. 7.237, de 20/07/2010, a entidade faz jus à isenção do pagamento das contribuições para a seguridade social, em atendimento à resolução CFC 1.409/12, item 28, letra "C", calculadas de acordo com os artigos 22 e 23 da Lei Orgânica da Seguridade Social – Lei n. 8.212, de 24/07/1991.

## 21. Cobertura de seguros

Os bens da Instituição estão segurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Patrimonial	Campus - incêndio, tumulto, greves, explosão	R\$ 38.335.500	30/05/2015 a 30/05/2016
Responsabilidade civil	Est. ensino , empregador , danos morais	R\$ 1.500.000	30/05/2015 a 30/05/2016

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. O procedimento de auditoria focou na análise das apólices de seguro e a cobertura dos bens previstos pelas mesmas.

## 22. Eventos subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, não foram constatadas e nem é de conhecimento da administração da Fundação, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações financeiras.

Joinville, 31 de dezembro de 2015.

A Administração

### REITORIA

Sandra Aparecida Furlan  
**Reitora**

Alexandre Cidral  
**Vice-Reitor**

Sirlei de Souza  
**Pró-Reitora de Ensino**

Claiton Emilio do Amaral  
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**

Denise Abatti Kasper Silva  
**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Jose Kempner  
**Pró-Reitor de Administração**

Vanclei Francisco Batista  
**Contador CRC SC 025.682/O-6**

